

Ata n.º 11/2026

Reunião de Câmara realizada em 08 de junho de 2026

Aos oito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, nesta Vila da Lousã, na Junta de Freguesia de Serpins, reuniu o Executivo Camarário, com a presença do Senhor Presidente, Victor Eugénio das Neves Carvalho, da Senhora Vice-Presidente, Ana Paula Dias Neves Sançana e dos Senhores Vereadores Luís Filipe Sousa Santa, Cristina Maria Fernandes Silva, António Manuel Antunes Marçal, Maria Helena Gomes Correia, Domingos Manuel Mendes Lopes. -----

Pelas dez horas, o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu início aos trabalhos, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. PÚBLICO -----

2. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

2.1. Faltas -----

2.2. Intervenção do presidente da Câmara Municipal -----

2.3. Intervenção dos vereadores -----

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

3.1. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 20/04/2026

3.2. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS -----

3.2.1. Proposta de aprovação do Manual de Consolidação da Prestação de Contas Consolidadas do ano de 2025; -----

3.2.2. Proposta de ratificação do despacho do Sr. Presidente da Câmara de 22 de maio relativa ao recrutamento de 2 postos de trabalho da carreira/categoria de Assistente Operacional para o CROAL; -----

3.2.3. Proposta de autorização de abertura de procedimentos concursais para recrutamento de 4 trabalhadores da carreira/categoria de Técnico Superior; -----

3.2.4. Proposta de ratificação do despacho do Sr. Presidente da Câmara de 22 de maio relativo à fixação dos valores da tabela anexa às Normas de Funcionamento da Feira Anual de São João 2026, no que respeita aos Espaços destinados a divertimentos, restauração e similares, pipocas, farturas, algodão doce e bebidas, aos Espaços Interiores do Pavilhão Municipal de Exposições, aos Espaços Exteriores e criação de novos lugares; -----

3.2.5. Permuta da sepultura n. º24 da 4.ª quadra para a sepultura n. º23 da 14.ª quadra do Cemitério Municipal da Lousã; -----

3.3. EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL, SAÚDE, CULTURA, TURISMO, DESPORTO E JUVENTUDE-----

3.3.1. Proposta de Minuta "Memorando de Entendimento entre Co-Promotores no âmbito da Candidatura em Co-Promoção do projeto “Balcão da Inclusão da Lousã 5 em Linha” ao Aviso CENTRO2030-2026-07; -----

3.3.2. Voto de Reconhecimento a Margarida Bandeira; -----

3.3.3. Voto de Reconhecimento Daniel Pombo; -----

3.3.4. Atualização da composição do Conselho Municipal de Saúde; -----

3.3.5. Proposta Fixação do valor do período de oferta do Programa Férias Ativas – Verão 2026 e Atribuição de Isenção Inscrição Programa Férias Ativas – Verão; ---

3.3.6. Proposta apoio financeiro a atribuir à ACTIVAR – associação de cooperação da lousã, no montante de 6.000,00 €, no âmbito do consórcio do espaço j e9g, para o programa estágios experimenta+ 2026; -----

3.4. OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

3.4.1. Proposta de ratificação do despacho do Sr. Presidente da Câmara de 30 de maio relativo à Prorrogação do prazo da Obra de “Estabilização da EM 580 – Lousã-Castelo-Sr.ª da Piedade; -----

3.4.2. Proposta de trabalhos a menos- Processo SCE n.º: 05/2025 – Requalificação e Conservação de Rede Viária e Arruamentos Municipais – Lote 2; -----

3.4.3. Proposta de Trabalhos Complementares TC1 – Processo SCE n.º: 05/2025 Requalificação e Conservação de Rede Viária e Arruamentos Municipais – Lote 2; -

3.5. PLANEAMENTO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO -----

3.5.1. Proposta Comissão Municipal de Toponímia no quadriénio 2026-2029; ----

3.5.2. Proposta de Inicio de procedimento da 2.ª revisão do Plano Diretor Municipal – PDM- com a aprovação do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território – REOT; -----

3.5.3. Proposta da 1.ª correção material à 1.ª Alteração à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal – PDM -da Lousã4. -----

3.6. FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL -----

3.6.1. Proposta de ratificação do despacho do Sr. Presidente da Câmara de 29 de maio relativo à Constituição da Área Integrada de Gestão da Paisagem 2.0 e designação do Município da Lousã como entidade gestora e responsável pela execução da Operação Integrada de Gestão da Paisagem 2.0; -----

3.7. OUTROS ASSUNTOS -----

3.7.1. CMA- abril 2026 -----

3.7.2. ELAC – abril 2026 -----

APROVAÇÕES EM MINUTA -----

1.Público -----

Não Houve intervenções do público -----

2.PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

2.1 – Faltas -----

Não houve faltas a registar. -----

2.2. Intervenção do Presidente da Câmara Municipal. -----

O Sr. Presidente da Câmara informou que se está a dar continuidade aos trabalhos de limpeza em diversos equipamentos municipais, na sequência dos danos provocados pela tempestade, encontrando-se as operações de limpeza e reposição da normalidade a ser intensificadas. Referiu ainda que os serviços continuam empenhados na execução dos trabalhos previstos, procurando maximizar a capacidade de intervenção das equipas e assegurar a conclusão das ações prioritárias. Acrescentou que, em paralelo, decorrem os preparativos necessários para as atividades associadas às Festas de São João, bem como para as restantes iniciativas previstas, salientando o envolvimento e o esforço de todos os serviços municipais na organização e concretização dessas atividades. Referindo-se à Gala Laus de conhecimento dos nomes propostos a distinção com os prémios 2026. Esclareceu que, este ano, foi opção do Município distinguir apenas um homenageado por categoria, por se considerar que essa solução valoriza e dignifica ainda mais o momento de homenagem. Referiu que a distinção de várias entidades na mesma cerimónia tornava o evento mais extenso e contribuía para uma menor valorização individual de cada reconhecimento. Com a opção agora adotada, pretende-se conferir maior exclusividade à distinção atribuída e proporcionar uma cerimónia mais dinâmica. Acrescentou, no entanto, que poderá vir a ser equacionado um novo

formato para futuras edições, caso tal se revele oportuno. Por fim, questionou os presentes sobre a existência de alguma observação relativamente aos nomes propostos para homenagem, recordando que o assunto já havia sido previamente debatido. -----

O Sr. Vereador António Marçal manifestou a sua concordância com a opção apresentada, referindo que este assunto já havia sido abordado anteriormente, nomeadamente aquando da discussão sobre a homenagem aos desportistas do concelho. Salientou a importância de se proceder à revisão do regulamento aplicável, de forma a garantir que as distinções sejam atribuídas com a dignidade e o prestígio que estiveram na base da sua criação. Considerou que, atendendo à dimensão do concelho, a atribuição anual de prémios em todas as categorias nem sempre é a solução mais adequada, podendo, em determinadas situações, desvalorizar as distinções ou criar dificuldades na identificação de candidatos que reúnam os requisitos pretendidos. Manifestou, por isso, total disponibilidade para colaborar na revisão dos regulamentos, com o objetivo de devolver às distinções a dignidade e o significado inicialmente concebidos. -----

O Sr. Presidente da Câmara acrescentou ainda que o Município já iniciou um trabalho de reflexão e revisão nesta matéria, procurando não apenas aperfeiçoar os regulamentos das distinções honoríficas, mas também rever outros normativos e protocolos municipais, de forma a valorizar adequadamente as pessoas, entidades e iniciativas merecedoras de reconhecimento. Concluiu referindo que esse trabalho se encontra já em desenvolvimento e deverá ter continuidade. -----

2.3. Intervenção dos Vereadores -----

O Sr. Vereador António Marçal iniciou a sua intervenção referindo-se à proposta de recomendação relativa ao financiamento da descentralização de competências, considerando que existe já um consenso generalizado entre os municípios de que o atual modelo de financiamento das autarquias dificilmente será revisto antes do final de 2027. Referiu que, desde a transferência de competências, os municípios têm vindo a alertar o Governo para a necessidade de proceder ao reforço das verbas transferidas, salientando que os montantes atribuídos estão muito aquém dos encargos efetivamente suportados. Indicou que, entre 2023 e 2025, muitos municípios acumularam diferenças financeiras significativas entre o financiamento



recebido e as responsabilidades assumidas, existindo casos em que essas diferenças ascendem a vários milhões de euros. Apresentou uma proposta de deliberação que visa precisamente recomendar ao Governo que, no âmbito da preparação do Orçamento do Estado para 2027, proceda ao acerto de contas relativamente ao período de 2023 a 2025, compensando financeiramente os municípios pelos encargos suportados no exercício das competências transferidas. Acrescentou que esta posição não representa uma crítica a qualquer Governo em particular, mas antes uma reivindicação das autarquias locais, que conhecem a realidade do território e necessitam dos recursos financeiros adequados para responder às crescentes responsabilidades nas áreas da educação, da saúde e da ação social. Esta proposta foi aceite e assinada por todos os membros do executivo e aprovada por unanimidade. Por ser extensa encontra-se anexa ao livro de atas. Solicitou ao Sr. Presidente da Câmara o envio dos dados e elementos sobre a APIN que sustentam o Relatório de Contas Consolidadas. Sobre as obras de metro mondego questionou sobre o ponto de situação da avaliação da estabilidade das estruturas existentes, na sequência das intervenções realizadas, e sobre as medidas de prevenção previstas para evitar futuras situações de risco. Ainda sobre o Sistema de Mobilidade do Mondego, manifestou preocupação com a degradação do serviço prestado, referindo que se têm verificado falhas de informação aos utentes, nomeadamente aquando de avarias e constrangimentos ocorridos em período matinal, que deveriam ser comunicadas em tempo útil para permitir aos passageiros optar por soluções alternativas de transporte. Questionou igualmente sobre o funcionamento do posto de bilhética, referindo que diversos utilizadores têm manifestado dificuldades no acesso ao serviço, perguntando se existe articulação entre o Município e a entidade gestora para permitir que o carregamento possa ser efetuado através de meios digitais, designadamente por multibanco ou aplicação móvel, reduzindo a necessidade de deslocação presencial. Manifestou preocupação relativamente às notícias sobre uma eventual redução da participação do Estado na sociedade responsável pelo Sistema de Mobilidade do Mondego, considerando que, antes de qualquer expansão do sistema para outros concelhos, deverá ser garantida a plena consolidação do serviço atualmente previsto entre Serpins e Coimbra, que constituiu a génese do projeto. Solicitou ainda informação sobre o ponto de situação da

aquisição e entrada em funcionamento da carruagem adquirida pela Junta de Freguesia de Serpins. Prosseguindo a sua intervenção, chamou a atenção para o estacionamento de veículos pesados, em particular os destinados ao transporte de combustíveis e outras matérias perigosas, em zonas urbanas do concelho, considerando tratar-se de uma situação potencialmente perigosa, sobretudo durante períodos de temperaturas elevadas. Defendeu, por isso, que deverá ser estudada a criação de uma zona própria destinada ao estacionamento destes veículos, recordando que, em muitos casos, a legislação limita a sua permanência em meio urbano às operações estritamente necessárias de carga e descarga. Solicitou igualmente acesso ao processo relativo ao projeto de habitação de uma moradia sito em Vale de Neira a Velha, bem como ao processo respeitante à estrutura de comando municipal de proteção civil, pretendendo conhecer os fundamentos das alterações entretanto efetuadas. Questionou ainda sobre o ponto de situação dos processos de reabilitação urbana em curso e da eventual constituição de reservas para futuras intervenções. No âmbito do Plano Diretor Municipal, perguntou se continua em vigor o plano de salvaguarda anteriormente previsto para a zona compreendida entre a Rua de Coimbra e a Av. D. Manuel I, considerando importante conhecer a estratégia urbanística definida para aquele espaço. Por fim solicitou o ponto de situação sobre os pedidos de indemnização relacionados com os incêndios de 2025, e sobre os prejuízos decorrentes das tempestades de 2026. -----

A Sra. Vereadora Helena Correia abordou a situação das obras na Escola EB2, recordando que em reunião anterior, foi referido que existia uma questão relacionada com a classificação da área da escola, tendo sido anunciada uma reavaliação para verificar a possibilidade de alteração da prioridade da intervenção e questionou se já existe alguma resposta relativamente a essa reavaliação. Seguidamente abordou a preparação do próximo ano letivo e perguntou de que forma estava a decorrer processo, designadamente no que respeita às Atividades de Apoio à Família, e em especial ao acompanhamento das crianças com necessidades educativas específicas. Referiu ainda que, anteriormente, havia solicitado que fosse assegurada uma divulgação atempada das atividades promovidas pelo Município, considerando que tal continua a não acontecer, dando o exemplo das comemorações do Dia da Criança, das quais não tiveram conhecimento prévio. Apresentou as



preocupações da população mais idosa, relativamente à USF Aldeias do Xisto, onde persistem dificuldades no acesso aos cuidados de saúde, sobretudo para os utentes sem médico de família. Referiu que muitas pessoas idosas são obrigadas a deslocar-se ao Centro de Saúde apenas para esclarecer dúvidas ou tentar obter uma consulta, sendo frequentemente aconselhadas a regressar noutro dia, situação que lhes acarreta deslocações e tempos de espera consideráveis, agravados pela dependência dos transportes públicos. Neste contexto, questionou o Senhor Presidente sobre a possibilidade de ser criado um atendimento mais diferenciado para estes utentes, considerando que, em muitos casos, apenas necessitam de esclarecer uma dúvida ou obter orientação relativamente à medicação. Por fim alertou para a existência de esgotos a céu aberto em Vale Pereira da Serra, nas imediações da nova obra da Pedrinhas, solicitando que os serviços municipais verificassem a situação. Chamou ainda a atenção para o aumento de colónias de gatos errantes em vários locais do concelho considerando que o crescimento descontrolado destas colónias constitui um problema que importa acompanhar e resolver. -----

O Sr.^a Vereadora Cristina Silva informou da realização da Assembleia My Polis, iniciativa que contou com a participação de cinco turmas do agrupamento de escolas da Lousã que permitiu aos alunos apresentar propostas nas áreas do desenvolvimento e da sustentabilidade ambiental e da promoção da cidadania ativa aos membros da direção do agrupamento e aos responsáveis municipais, considerando que se trata de um projeto importante de participação dos jovens na vida do concelho. Informou ainda que, entre os dias 2 e 7 de maio, cinco docentes e alunos participaram numa mobilidade ao abrigo do programa Erasmus+, deslocando-se a Espanha, com o objetivo de estreitar relações com a escola parceira e promover o intercâmbio de experiências educativas. Acrescentou que, durante esta deslocação, foi igualmente estabelecido contacto com o Presidente do Município daquela localidade, prevendo-se a continuidade desta parceria através da visita de uma delegação espanhola ao concelho no mês de outubro. Anunciou que, no dia 13 de junho, pelas 17h00, terá lugar na Biblioteca Municipal a cerimónia de entrega das Bolsas de Estudo do Ensino Superior, destinadas a 58 estudantes do concelho e convidou todos a estarem presentes. Referiu também que, nessa mesma



data, irá terminar o projeto de promoção da leitura, apoiado pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, no qual se realizaram seis sessões dinamizadas na Biblioteca Municipal que incidiram na exploração de obras literárias relacionadas com a gestão das emoções. No âmbito da Juventude, informou que o Município foi distinguido com o prémio "Município Amigo da Juventude" e que está em curso a constituição do novo Conselho Municipal da Juventude, com vista ao reforço das políticas municipais dirigidas aos jovens. Relativamente aos transportes escolares, informou que está a ser preparada a rede para o próximo ano letivo, em articulação com a rede pública de transportes e referiu que o Município tem acompanhado o funcionamento de algumas carreiras, sobretudo no final do dia, com o apoio das assistentes operacionais, de forma a avaliar o seu funcionamento. Na área do Envelhecimento Ativo, informou que foi apresentada, no Teatro Municipal, a peça "O Lar", protagonizada por utentes da Santa Casa da Misericórdia da Lousã, destacando a iniciativa como uma forma de promover a participação, o convívio e o envelhecimento ativo. Por fim, informou que está a ser reativada a Associação de Estrangeiros da Lousã, no âmbito do Plano Municipal para a Integração de Migrantes, destacando ainda o lançamento de um livro escrito por um emigrante, participante das aulas de Português Língua de Acolhimento e a realização de uma visita ao Candal, iniciativas destinadas a promover a integração e a inclusão social. -----

O Sr. Vereador Domingos Lopes iniciou a sua intervenção abordando a temática da prevenção dos incêndios rurais, manifestou preocupação com a gestão de combustível e defendeu a necessidade de reforçar, no próximo ano, as ações de prevenção, sem prejuízo da importância do combate aos incêndios. Considerou que devem ser aproveitados os programas de financiamento existentes, nacionais e outros, envolvendo entidades públicas e privadas, de forma a dotar o concelho de maior capacidade e autonomia nesta matéria. Referiu igualmente a importância da colaboração com entidades como a Escola Nacional de Bombeiros, designadamente na realização de ações de formação e treino. Seguidamente, referiu-se às linhas orientadoras do Plano de Transformação da Paisagem, salientando as oportunidades de financiamento existentes para projetos ligados ao ordenamento do território e à valorização da paisagem. Sugeriu que o Município pudesse estabelecer parcerias com instituições de ensino superior, nomeadamente universidades com experiência



nesta área, para apoiar a definição de estratégias e projetos de desenvolvimento territorial. Acrescentou que seria importante identificar algumas prioridades concretas para o concelho, como o reforço da rede de percursos pedonais, a ligação entre diferentes zonas do território, a valorização de praias fluviais e outros recursos naturais, entendendo que esse trabalho poderá contribuir para fundamentar futuras candidaturas e projetos de desenvolvimento. -----

A Sr.ª Vice-Presidente congratulou-se com a realização da reunião na freguesia de Serpins, assinalando que, no ano em que se comemoram os 50 anos do Poder Local Democrático, esta descentralização das reuniões constitui uma forma de aproximar os órgãos municipais das populações. Informou que o Município integra o projeto "Nós 19", iniciativa que reúne os 19 municípios da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e que pretende promover a participação cultural e artística das diferentes comunidades do território. Explicou que os participantes do concelho já iniciaram os ensaios, culminando o projeto com a apresentação de um espetáculo conjunto, previsto para outubro de 2026. Deu conhecimento da participação do Município no 18.º Congresso Internacional das Cidades Educadoras, realizado em Espanha, dedicado ao tema da educação e cultura como pilares das cidades educadoras. Referiu que o encontro permitiu a partilha de experiências e boas práticas entre municípios de diversos países, tendo ainda decorrido a eleição dos novos órgãos da Associação Internacional das Cidades Educadoras, da qual foram eleitos, em representação de Portugal, os municípios de Cascais, Lisboa e Torres Vedras. -----

O Sr. Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas pelos Senhores Vereadores, prestando diversos esclarecimentos sobre assuntos de interesse municipal. Relativamente ao funcionamento do sistema de mobilidade, informou que continuam a ser efetuados ajustamentos técnicos, nomeadamente ao nível das comunicações e do sistema de bilhética, prevendo-se a resolução das situações pendentes até ao mês de agosto. Referiu que a recente interrupção do serviço resultou de uma avaria técnica, que originou atrasos, salientando que estas ocorrências são próprias da fase inicial de funcionamento de um novo sistema. Reconheceu, contudo, a necessidade de melhorar a comunicação com os utilizadores sempre que ocorram constrangimentos. Quanto às notícias relativas a uma eventual

redução da participação do Estado na empresa responsável pela gestão do sistema, manifestou total oposição a essa possibilidade, considerando que o Governo deve manter o seu compromisso com o projeto e assegurar o financiamento e a estabilidade do sistema de mobilidade. No que respeita à carruagem de Serpins, informou que se aguarda a conclusão dos trabalhos de recuperação por parte da CP, encontrando-se igualmente definida uma parceria com a Metro Mondego que permitirá apoiar financeiramente a Junta de Freguesia através do pagamento de uma renda pela utilização do equipamento. Sobre o horário da bilhética da Metro Mondego esclareceu que o serviço é prestado por uma funcionária da Metro Mondego. Relativamente ao parque de estacionamento para veículos pesados, referiu que o Município suspendeu o respetivo investimento, por existir uma iniciativa privada que irá avançar com esse projeto. No âmbito da proteção civil, informou que decorre o processo de criação do novo comando dos Bombeiros Municipais, explicando que a natureza municipal da corporação permite essa reorganização. Sobre o novo Centro de Saúde, referiu que, após a estabilização do funcionamento das novas instalações, será avaliada a criação de soluções de transporte que melhorem a acessibilidade dos utentes. Relativamente aos apoios decorrentes das intempéries de 2025, informou que os processos continuam em avaliação pelos peritos, aguardando-se os respetivos relatórios, acrescentando que o Governo manifestou disponibilidade para reforçar as verbas destinadas às reparações elegíveis. Quanto ao projeto de requalificação da Av. Afonso Henriques, explicou que a sua concretização depende da abertura de um instrumento de financiamento adequado, não dispondo o Município de capacidade financeira para suportar integralmente o investimento. Informou ainda que está em revisão o caderno de encargos relativo ao transporte escolar, com especial atenção às necessidades das crianças com necessidades específicas, de forma a garantir um acompanhamento mais adequado no próximo ano letivo. No domínio da gestão florestal e da proteção contra incêndios, salientou o trabalho desenvolvido pelo Coordenador Municipal de Proteção Civil e a importância da articulação entre as diversas entidades envolvidas na prevenção e combate aos incêndios rurais. Por último, relativamente à proposta apresentada sobre a revisão da Lei das Finanças Locais, considerou pertinente a sua discussão, entendendo que o atual contexto de transferência de competências e de novos investimentos



municipais justifica a reivindicação de um reforço do financiamento das autarquias, aguardando-se igualmente a apresentação da anunciada revisão legislativa por parte do Governo. -

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

3.1. Colocada à votação, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º do Regime Jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou aprovar a ata da reunião de Câmara realizada a 20 de abril de 2026. -----

3.2. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS -----

3.2.1. Proposta de aprovação do Manual de Consolidação da Prestação de Contas Consolidadas de 2025; -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de aprovação do Manual de Consolidação da Prestação de Contas Consolidadas de 2025; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de aprovação do Manual de Consolidação da Prestação de Contas Consolidadas de 2025; (Doc. 1 (um)) -----

3.2.2. Proposta de ratificação do despacho do Sr. Presidente da Câmara de 22 de maio relativa ao recrutamento de 2 postos de trabalho da carreira/categoria de Assistente Operacional para o CROAL; -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de ratificação do despacho do Sr. Presidente da Câmara de 22 de maio relativa ao recrutamento de 2 postos de trabalho da carreira/categoria de Assistente Operacional para o CROAL -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de ratificação do despacho do Sr. Presidente da Câmara de 22 de maio relativa ao recrutamento de 2 postos de trabalho da carreira/categoria de Assistente Operacional para o CROAL (Doc. 2 (dois)) -----

3.2.3. Proposta de autorização de abertura de procedimentos concursais para recrutamento de 4 trabalhadores da carreira/categoria de Técnico Superior; -----

O SR Vereador António Marçal referiu que, apesar de compreender a necessidade de reforço dos serviços, considera importante que as propostas identifiquem de forma mais concreta as áreas ou serviços onde os novos trabalhadores serão integrados. Acrescentou que, por vezes, os eleitos são confrontados com pedidos

de recrutamento sem uma explicitação suficientemente detalhada das necessidades, o que dificulta a apreciação das propostas. -----

O Senhor Presidente esclareceu que os postos de trabalho se destinam ao reforço de várias áreas municipais, designadamente recursos humanos, saúde e educação. Explicou que, na gestão corrente dos recursos humanos, o Município é frequentemente confrontado com situações imprevistas, como baixas médicas, licenças, mobilidades ou necessidades de reorganização dos serviços, circunstâncias que nem sempre permitem um planeamento antecipado. Acrescentou que a Câmara Municipal apresenta uma média etária elevada dos seus trabalhadores, prevendo-se, nos próximos anos, um número significativo de aposentações. Referiu que, embora algumas reformas possam ser antecipadas, nem sempre é possível prever com exatidão o momento em que ocorrerão, tornando indispensável acautelar previamente o reforço dos quadros. Sublinhou ainda que os procedimentos concursais são demorados, podendo prolongar-se por vários meses, razão pela qual é importante iniciar atempadamente os processos de recrutamento para assegurar a continuidade e o normal funcionamento dos serviços municipais. -----

O Sr. Vereador António Marçal esclareceu que a sua observação não se prendia com as situações de baixas médicas ou ausências temporárias, mas sim com a abertura de procedimentos concursais destinados ao preenchimento de postos de trabalho permanentes, entendendo que seria útil uma identificação mais objetiva das necessidades concretas que justificam cada recrutamento. -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de autorização de abertura de procedimentos concursais para recrutamento de 4 trabalhadores da carreira/categoria de Técnico Superior -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de autorização de abertura de procedimentos concursais para recrutamento de 4 trabalhadores da carreira/categoria de Técnico Superior (Doc. 3 (três)) -----

3.2.4. Proposta de ratificação do despacho do Sr. Presidente da Câmara de 22 de maio relativo à fixação dos valores da tabela anexa às Normas de Funcionamento da Feira Anual de São João 2026, no que respeita aos Espaços destinados a divertimentos, restauração e similares, pipocas, farturas, algodão doce e bebidas,

aos Espaços Interiores do Pavilhão Municipal de Exposições, aos Espaços Exteriores e criação de novos lugares; -----

O **Sr. Presidente da Câmara** explicou que a proposta contempla alguns ajustamentos na organização do recinto da Feira, destacando a concentração da zona de restauração numa área específica, destinada às refeições. Referiu que esta reorganização permitirá libertar espaço na zona dos espetáculos, proporcionando melhores condições de circulação e reduzindo a concentração de pessoas nesse local. Informou ainda que a proposta inclui uma atualização dos valores das taxas aplicáveis aos espaços da Feira, salientando que os mesmos não eram revistos há vários anos. Acrescentou que, tendo a edição deste ano mais um dia de duração, considerou-se adequado proceder à atualização das tarifas, contribuindo igualmente para uma maior receita municipal. -----

A **Sr.ª Vereadora Helena Correia** disse que o seu grupo votaria favoravelmente a proposta, mas defendeu que a Feira de São João deveria recuperar o conceito de "Feira Franca". Nesse sentido, considerou que os pequenos comerciantes do concelho deveriam beneficiar de isenção, ou de um valor meramente simbólico, pela ocupação dos espaços, como forma de incentivar a participação dos agentes económicos locais e promover os seus negócios. Entendeu que o pagamento das taxas deveria incidir essencialmente sobre os grandes operadores, como os divertimentos, equipamentos de diversão e outras atividades de maior dimensão. -

O **Sr. Presidente da Câmara** referiu que, embora não exista uma isenção formal, os valores praticados para os comerciantes locais são muito reduzidos, situando-se, em média, entre os 30 e os 40 euros, não considerando que tal represente um encargo significativo. Sublinhou que o principal contributo do Município para apoiar os comerciantes consiste em organizar um evento capaz de atrair um elevado número de visitantes, proporcionando-lhes oportunidades de divulgação e de incremento da atividade económica. Acrescentou ainda que, nesta edição, foi decidido isentar do pagamento das taxas aos patrocinadores da Feira e outras entidades que colaboram diretamente na realização do evento, como forma de reconhecer o seu contributo. Concluiu afirmando que não é favorável a uma política de isenções generalizadas, entendendo que o apoio aos agentes económicos deve privilegiar a criação de condições para o desenvolvimento da sua atividade, em vez

da simples eliminação das taxas. Salientou igualmente que uma isenção total para os comerciantes locais levantaria questões de equidade e de capacidade de acolhimento, uma vez que todos teriam o mesmo direito de participar, podendo o espaço disponível revelar-se insuficiente. -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de ratificação do despacho do Sr. Presidente da Câmara de 22 de maio relativo à fixação dos valores da tabela anexa às Normas de Funcionamento da Feira Anual de São João 2026, no que respeita aos Espaços destinados a divertimentos, restauração e similares, pipocas, farturas, algodão doce e bebidas, aos Espaços Interiores do Pavilhão Municipal de Exposições, aos Espaços Exteriores e criação de novos lugares; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de ratificação do despacho do Sr. Presidente da Câmara de 22 de maio relativo à fixação dos valores da tabela anexa às Normas de Funcionamento da Feira Anual de São João 2026, no que respeita aos Espaços destinados a divertimentos, restauração e similares, pipocas, farturas, algodão doce e bebidas, aos Espaços Interiores do Pavilhão Municipal de Exposições, aos Espaços Exteriores e criação de novos lugares; (Doc. 4 (quatro)) -----

3.2.5. Permuta da sepultura n. º24 da 4.ª quadra para a sepultura n. º23 da 14.ª quadra do Cemitério Municipal da Lousã. -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação o requerimento de permuta de sepultura n. º24 da 4.ª quadra para a sepultura n. º23 da 14.ª quadra do Cemitério Municipal da Lousã -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a permuta da sepultura n. º24 da 4.ª quadra para a sepultura n. º23 da 14.ª quadra do Cemitério Municipal da Lousã (Doc. 5 (cinco)) -----

3.3. EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL, SAÚDE, CULTURA, TURISMO, DESPORTO E JUVENTUDE -----

3.3.1. Proposta de Minuta "Memorando de Entendimento entre Co-Promotores no âmbito da Candidatura em Co-Promoção do projeto "Balcão da Inclusão da Lousã 5 em Linha" ao Aviso CENTRO2030-2026-07. -----

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que a iniciativa pretende reforçar o serviço de proximidade prestado às populações, criando melhores condições para que as



Juntas de Freguesia possam desenvolver a sua atividade e prestar um apoio mais eficaz aos respetivos habitantes. -----

A Sr. Vereadora Helena Correia referiu que, tendo a candidatura já sido apresentada, gostaria de ter acesso aos respetivos orçamentos e ao plano de atividades. Salientou que, pela análise da documentação disponibilizada, verifica-se que os diferentes promotores apresentam atividades e contributos semelhantes, mas com valores de despesa distintos, não sendo possível compreender as razões dessas diferenças. Solicitou, por isso, que fosse facultada informação mais detalhada, designadamente os orçamentos e uma memória descritiva mais desenvolvida do projeto, por forma a permitir uma melhor apreciação da proposta. -----

O Senhor Presidente tomou nota da solicitação, manifestando disponibilidade para disponibilizar os elementos complementares solicitados. -----

A Sr. Vereadora Cristina Silva esclareceu que a proposta foi preparada em estreita articulação com os Presidentes das Juntas de Freguesia, tendo sido realizadas várias reuniões de trabalho com os cinco Presidentes de Junta e com os técnicos municipais envolvidos. Referiu que o orçamento e a candidatura foram elaborados de forma concertada, contando igualmente com o contributo dos serviços municipais, designadamente das áreas da ação social e do acompanhamento técnico do projeto. Explicou que o principal objetivo da candidatura é criar um verdadeiro serviço de proximidade, permitindo levar os serviços municipais às populações das freguesias, sobretudo às localidades mais afastadas e de mais difícil acesso. Nesse âmbito, informou que está prevista a aquisição de uma viatura que permitirá deslocar técnicos municipais às freguesias para prestar atendimento descentralizado em diversas áreas, nomeadamente ação social, apoio administrativo e outras respostas de proximidade, facilitando o acesso da população aos serviços municipais sem necessidade de deslocação à sede do concelho. -----

O Sr. Vereador António Marçal esclareceu que a intervenção não colocava em causa o mérito do projeto, mas incidia sobre a forma como o programa foi concebido e calendarizado pela entidade gestora. Referiu que, da consulta ao respetivo portal, resulta que o período de execução previsto é de 48 meses, tendo o aviso sido publicado apenas no mês de março e prevendo-se que a aprovação das candidaturas ocorra apenas no final do ano. Na sua opinião, esta calendarização reduz

significativamente o tempo disponível para a execução física dos projetos, comprometendo a sua concretização e colocando dificuldades aos municípios na utilização integral dos financiamentos disponíveis. Considerou, por isso, que a programação do aviso não foi a mais adequada, tratando-se de uma apreciação de natureza política sobre a gestão do programa e não sobre o conteúdo da candidatura apresentada pelo Município. -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a Proposta de Minuta "Memorando de Entendimento entre Co-Promotores no âmbito da Candidatura em Co-Promoção do projeto "Balcão da Inclusão da Lousã 5 em Linha" ao Aviso CENTRO2030-2026-07. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de Minuta "Memorando de Entendimento entre Co-Promotores no âmbito da Candidatura em Co-Promoção do projeto "Balcão da Inclusão da Lousã 5 em Linha" ao Aviso CENTRO2030-2026-07 (Doc. 6 (seis)) -----

3.3.2. Voto de Reconhecimento a Margarida Bandeira. -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação o Voto de Reconhecimento a Margarida Bandeira, pela revalidação do Título de Campeã Nacional de Downhill – 2026, na Categoria de Elite Feminino. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar o Voto de Reconhecimento a Margarida Bandeira, pela revalidação do Título de Campeã Nacional de Downhill – 2026, na Categoria de Elite Feminino (Doc. 7 (sete)) -----

3.3.3. Voto de Reconhecimento Daniel Pombo. -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação o Voto de Reconhecimento a Daniel Pombo, que se sagrou Vice-Campeão Nacional de Downhill – 2026 na categoria de Master 40 masculino. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar o Voto de Reconhecimento a Daniel Pombo, que se sagrou Vice-Campeão Nacional de Downhill – 2026 na categoria de Master 40 masculino (Doc. 8 (oito)) -----

3.3.4. Atualização da composição do Conselho Municipal de Saúde; -----

O Sr. Vereador António Marçal assinalou a existência de algumas incorreções formais na redação da proposta, designadamente referências legislativas e a menção à "primeira reunião do executivo", considerando que deveria constar "primeira



reunião do Conselho Municipal de Saúde". Salientou que as observações incidiam apenas sobre a redação e não sobre o conteúdo da proposta.

O Sr. Presidente da Câmara concordou com as correções sugeridas, indicando que seriam introduzidas. -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a atualização da composição do Conselho Municipal de Saúde -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a atualização da composição do Conselho Municipal de Saúde e remeter para a Assembleia Municipal, para nomeação dos órgãos desse órgão (Doc. 9 (nove)) ----

3.3.5. Proposta Fixação do valor do período de oferta do Programa Férias Ativas – Verão 2026 e Atribuição de Isenção Inscrição Programa Férias Ativas – Verão. ---

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de fixação do valor do período de oferta do Programa Férias Ativas – Verão 2026 e Atribuição de Isenção Inscrição Programa Férias Ativas – Verão. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de fixação do valor do período de oferta do Programa Férias Ativas – Verão 2026 e Atribuição de Isenção Inscrição Programa Férias Ativas – Verão (Doc. 10 (dez)) -----

3.3.6. Proposta apoio financeiro a atribuir à ACTIVAR – Associação de Cooperação da Lousã, no montante de 6.000,00 €, no âmbito do consórcio do Espaço J e 9G, para o programa estágios experimenta+ 2026. -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de apoio financeiro a atribuir à ACTIVAR – Associação de Cooperação da Lousã, no montante de 6.000,00 €, no âmbito do consórcio do espaço J e 9G, para o programa estágios experimenta+ 2026. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de apoio financeiro a atribuir à ACTIVAR – Associação de Cooperação da Lousã, no montante de 6.000,00 €, no âmbito do consórcio do espaço J e 9G, para o programa estágios experimenta+ 2026 (Doc. 11 (onze)) -----

3.4. OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE -----

3.4.1. Proposta de ratificação do despacho do Sr. Presidente da Câmara de 30 de maio relativo à Prorrogação do prazo da Obra de “Estabilização da EM 580 – Lousã-Castelo-Sr.^a da Piedade. -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de ratificação do despacho do Sr. Presidente da Câmara de 30 de maio relativo à Prorrogação do prazo da Obra de “Estabilização da EM 580 – Lousã- Castelo-Sr.^a da Piedade; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de ratificação do despacho do Sr. Presidente da Câmara de 30 de maio relativo à Prorrogação do prazo da Obra de “Estabilização da EM 580 – Lousã-Castelo-Sr.^a da Piedade (Doc. 12 (doze)) -----

3.4.2. Proposta de trabalhos a menos- Processo SCE n.º: 05/2025 – Requalificação e Conservação de Rede Viária e Arruamentos Municipais – Lote 2. -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de trabalhos a menos- Processo SCE n.º: 05/2025 – Requalificação e Conservação de Rede Viária e Arruamentos Municipais – Lote 2; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de trabalhos a menos- Processo SCE n.º: 05/2025 – Requalificação e Conservação de Rede Viária e Arruamentos Municipais – Lote 2 (Doc. 13 (treze)) –

3.4.3. Proposta de Trabalhos Complementares TC1 – Processo SCE n.º: 05/2025 Requalificação e Conservação de Rede Viária e Arruamentos Municipais – Lote 2. –

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de trabalhos de Trabalhos Complementares TC1 – Processo SCE n.º: 05/2025 Requalificação e Conservação de Rede Viária e Arruamentos Municipais – Lote 2; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de Trabalhos Complementares TC1 – Processo SCE n.º: 05/2025 Requalificação e Conservação de Rede Viária e Arruamentos Municipais – Lote 2 (Doc. 14 (quatorze)) -----

3.5. PLANEAMENTO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO. -----

3.5.1. Proposta para Comissão Municipal de Toponímia no quadriénio 2026-2029. –

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta para Comissão Municipal de Toponímia no quadriénio 2026-2029; -----



A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta para Comissão Municipal de Toponímia no quadriénio 2026-2029 e remeter à Assembleia Municipal para nomeação dos representantes desse órgão. (Doc. 15 (quinze)) -----

3.5.2. Proposta de Início de procedimento da 2.ª revisão do Plano Diretor Municipal – PDM– com a aprovação do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território – REOT. -----

O Sr. Vereador António Marçal referiu que a revisão do PDM, pela sua relevância técnica e legal, constitui igualmente uma oportunidade para promover uma reflexão séria e estratégica sobre o futuro do concelho. Salientou que este instrumento deve permitir definir o modelo de desenvolvimento territorial pretendido, conciliando o crescimento com a proteção do território, a valorização das freguesias, da economia local e do património natural. Acrescentou que o documento agora apresentado representa apenas o início do procedimento, pelo que o verdadeiro debate político e estratégico deverá ocorrer ao longo do processo de revisão, à medida que forem sendo desenvolvidos os respetivos estudos e propostas. Destacou que as políticas de ordenamento do território têm tido um papel determinante na melhoria da qualidade de vida das populações, permitindo, em muitos casos, travar processos de degradação e de ocupação desordenada, tanto em meio urbano como rural. Considerou que esta revisão do PDM poderá constituir uma oportunidade para refletir sobre o futuro da Serra da Lousã e dos restantes espaços naturais do concelho, atendendo aos desafios atualmente existentes. Neste contexto, defendeu que seria desejável ponderar a criação de mecanismos de ordenamento que permitissem definir corredores ecológicos e de biodiversidade, bem como estabelecer regras que contribuam para uma gestão mais sustentável da paisagem, em articulação com o Plano de Paisagem da Serra da Lousã, recentemente aprovado, embora ainda sem carácter vinculativo. Sublinhou que a integração deste instrumento no PDM poderá conferir-lhe eficácia jurídica, constituindo um importante contributo para o ordenamento do território e para a prevenção de riscos ambientais. Concluiu referindo que esta matéria deverá ser amplamente debatida com todos os agentes do território durante o processo de revisão do PDM,

permitindo alcançar soluções equilibradas e sustentáveis para o desenvolvimento futuro do concelho. -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de Início de procedimento da 2.ª revisão do Plano Diretor Municipal – PDM– com a aprovação do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território – REOT.; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de Início de procedimento da 2.ª revisão do Plano Diretor Municipal – PDM– com a aprovação do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território – REOT e remeter à Assembleia Municipal para deliberação. (Doc. 16 (dezasseis)) –

3.5.3. Proposta da 1.ª correção material à 1.ª Alteração à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal – PDM –da Lousã. -----

O Sr. Vereador António Marçal disse que não votando contra a proposta, entendem, ainda assim, chamar a atenção para as dúvidas quanto ao enquadramento jurídico do procedimento adotado. Importando esclarecer se as alterações pretendidas se limitam, efetivamente, a uma mera correção material ou se, pela sua natureza e alcance, deveriam ser objeto de um procedimento formal de revisão. -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta da 1.ª correção material à 1.ª Alteração à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal – PDM –da Lousã.; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta da 1.ª correção material à 1.ª Alteração à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal – PDM –da Lousã e remeter à Assembleia Municipal para deliberação. (Doc. 17 (dezassete))

3.6. FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL-----

3.6.1. Proposta de ratificação do despacho do Sr. Presidente da Câmara de 29 de maio relativo à Constituição da Área Integrada de Gestão da Paisagem 2.0 e designação do Município da Lousã como entidade gestora e responsável pela execução da Operação Integrada de Gestão da Paisagem 2.0. -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de ratificação do despacho do Sr. Presidente da Câmara de 29 de maio relativo à Constituição da Área Integrada de Gestão da Paisagem 2.0 e designação do Município da Lousã como entidade gestora e responsável pela execução da Operação Integrada de Gestão da Paisagem 2.0.; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de ratificação do despacho do Sr. Presidente da Câmara de 29 de maio relativo à Constituição da Área Integrada de Gestão da Paisagem 2.0 e designação do Município da Lousã como entidade gestora e responsável pela execução da Operação Integrada de Gestão da Paisagem 2.0. (Doc. 18 (dezoito)) -----

3.7. OUTROS ASSUNTOS -----

3.7.1. CMA- abril 2026 -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação o CMA- abril 2026; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar o CMA- abril 2026 (Doc. 19 (dezanove)) -----

3.7.2. ELAC - abril 2026 -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação o ELAC - abril 2026; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar ELAC- abril 2026 (Doc. 20 (vinte)) -----

Aprovação em minuta -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta o texto das deliberações tomadas. -----

Nada mais havendo a tratar, pelas 12 horas e 30 minutos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que vai ser assinada por si e por Sara Mendes, na qualidade de Secretária. -----

O Presidente da Câmara Municipal,



A Secretária,



